



**RELATÓRIO DO JÚRI DAS PROVAS PARA A ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA
REQUERIDAS PELO ENGENHEIRO CARLOS EDUARDO DE JESUS ALMEIDA**

(n.º 2 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto)

O Engenheiro Carlos Eduardo de Jesus Almeida, Professor Coordenador Convidado da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, solicitou ao Instituto Politécnico de Santarém a realização das provas para atribuição do título de especialista na área de Desenvolvimento de Sistemas de Informação conforme requerimento junto ao processo, acompanhado do respectivo currículo, com indicação do percurso profissional, das obras e dos trabalhos efectuados, e das actividades científicas e pedagógicas desenvolvidas, bem como do trabalho de natureza profissional a que se refere a alínea b) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto, intitulado "Georeferenciação aplicada aos concursos de colocação de pessoal docente: uma proposta de otimização dos algoritmos de colocação, recorrendo à georeferenciação".

Após despacho de nomeação do Júri das provas e das consequentes notificações, importa proceder à apreciação preliminar do pedido, com vista a verificar se o candidato satisfaz as condições de admissão às provas e se o trabalho apresentado se insere na área para que foram requeridas as provas.

Tal apreciação preliminar, de carácter eliminatório, é objecto do presente relatório.

Apreciados os documentos por parte de todos os elementos do Júri, este deliberou, por unanimidade, admitir o candidato à realização das provas por reunir todos os requisitos e ter entregue os documentos exigidos pela lei e pelo Regulamento n.º 445/2010, publicado no Diário da República, 2.ª. Série, n.º. 95, de 17 de Maio de 2010.

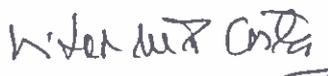
Na verdade, por um lado, o requerente tem formação inicial superior e possui experiência profissional no âmbito da área para que são requeridas as provas, conforme atesta o respectivo currículo, com indicação do percurso profissional, das obras e trabalhos efectuados, bem como das actividades científicas e pedagógicas desenvolvidas.

Por outro lado, o requerente detém um currículo profissional de qualidade e relevância comprovada para o exercício de profissão na área em causa, sendo que o trabalho apresentado se insere, de igual modo, na área para que foram requeridas as provas.

Nestes termos, considera o Júri estarem reunidas todas as condições para a tramitação subsequente do presente procedimento, nomeadamente a notificação ao candidato da deliberação final do Júri da sua admissão às provas e da marcação das mesmas de acordo com o disposto no artigo 14º. do Decreto-Lei nº. 206/2009, de 31 de Agosto e do artigo 15º. do Regulamento nº. 445/2010, publicado no Diário da República, 2ª. Série, nº. 95, de 17 de Maio de 2010.

Instituto Politécnico de Santarém 9 de Janeiro de 2015

O Presidente do Júri



Prof. Coordenador Vitor Manuel Pina da Costa

Os vogais



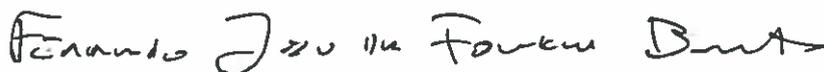
Prof. Coordenador José António Ribeiro Mendes



Prof. Adjunto Filipe Miguel Bispo Fidalgo



Prof. Adjunto Filipe Montez Coelho Madeira



Dr. Fernando José Fonseca Bento



Dr. Vitor Manuel Parreira Figueiredo Lima